



**INSTITUTO LATINO AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA (PPGHIS)**

DANIEL CUSTÓDIO DE SOUZA

**DECOLONIZAR A CIÊNCIA: CAMINHOS PARA A INCLUSÃO DOS SABERES
INDÍGENAS NO CURRÍCULO DO ENSINO SUPERIOR**

**FOZ DO IGUAÇU
2024**

**INSTITUTO LATINO AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA (PPGHIS)**

DANIEL CUSTÓDIO DE SOUZA

**DECOLONIZAR A CIÊNCIA: CAMINHOS PARA A INCLUSÃO DOS SABERES
INDÍGENAS NO CURRÍCULO DO ENSINO SUPERIOR**

Trabalho de Conclusão de curso
apresentado como requisito para
obtenção do título de Especialização em
Ensino de História e América Latina na
Universidade Federal da Integração
Latino-Americana – UNILA

Orientador: Prof. Dr. Tiago Costa Sanches

**FOZ DO IGUAÇU
2024**

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Tiago Costa Sanches
(UNILA)

Prof. Dr. Clovis Antonio Brighenti
(UNILA)

Profa. Dra. Ana Paula Rodrigues Carvalho
(UNILA)

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____

Decolonizar a Ciência: Caminhos para a Inclusão dos Saberes Indígenas no Currículo do Ensino Superior

RESUMO

Neste artigo, investigamos como o currículo da educação superior pode se estruturar para atender às especificidades culturais e epistemológicas dos povos indígenas. A inclusão dos saberes indígenas no espaço acadêmico é um tema que destaca a importância de valorizar a diversidade cultural e epistemológica, na construção de uma educação que respeite e integre diferentes formas de conhecimento. A presença de estudantes indígenas nas universidades evidencia o encontro e, por vezes, o choque entre saberes tradicionais e acadêmicos, exigindo uma reflexão sobre os ajustes necessários nos currículos para que esses espaços se tornem verdadeiramente inclusivos e representativos. Nessa perspectiva, o indígena sai do lugar de objeto de estudo e passa a ocupar um lugar de maior protagonismo, trazendo seus saberes para dentro do espaço acadêmico.

Palavras-Chave: Universidade; Povos Indígenas; Interculturalidade; Decolonialidade; Currículo.

ABSTRACT

In this article, we investigate how higher education curricula can be structured to meet the cultural and epistemological specificities of indigenous peoples. The inclusion of indigenous knowledge in the academic space is a topic that highlights the importance of valuing cultural and epistemological diversity in the construction of an education that respects and integrates different forms of knowledge. The presence of indigenous students in universities highlights the encounter and, at times, the clash between traditional and academic knowledge, requiring reflection on the necessary adjustments to curricula so that these spaces become truly inclusive and representative. From this perspective, indigenous people move from being objects of study to occupying a more prominent place, bringing their knowledge into the academic space.

Keywords: University; Indigenous Peoples; Interculturality; Decoloniality; Curriculum.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos 20 anos, o perfil dos estudantes que ingressam nas universidades públicas brasileiras passou por uma transformação, impulsionada por políticas públicas de inclusão. A implementação da Lei de Cotas (Lei n.º 12.711/2012), combinada com programas como o Prouni e o Fies, abriu espaço para grupos historicamente excluídos do ensino superior, negros, indígenas, pessoas de baixa renda, pessoas com deficiência. Essa mudança democratizou o acesso, trouxe para o ambiente acadêmico experiências de vida e perspectivas culturais que desafiam as estruturas tradicionais e homogêneas das instituições de ensino. Segundo Catherine Walsh (2008), essas novas configurações demandam uma metodologia de interculturalidade crítica, onde a convivência entre diferentes grupos seja transformadora e não apenas coexistente.

A chegada de novos sujeitos ao espaço universitário carrega um potencial de transformação, tanto da sociedade quanto da própria universidade. O conflito central reside nas definições de currículo: enquanto o modelo tradicional o concebe como uma grade técnica e neutra, composta por conteúdos universais que silenciam particularidades históricas. Ao definir o currículo como um território de disputa epistêmica, Walsh (2009) oferece as bases teóricas para compreender a universidade contemporânea como um espaço de tensões e reconfigurações provocadas pela presença dos povos originários. Esta perspectiva permite argumentar que o currículo universitário não é uma estrutura estática de transmissão de saber, mas um campo de forças onde a hegemonia do pensamento moderno-ocidental é confrontada por epistemologias outras.

A problemática central deste estudo reside nos desafios que os estudantes indígenas enfrentam ao ingressar nas universidades, onde a estrutura curricular e as práticas pedagógicas muitas vezes se mostram alheias às realidades culturais e históricas dos povos indígenas. A falta de representatividade curricular e as barreiras dificultam a integração dos conhecimentos tradicionais no ambiente acadêmico. O currículo é um fenômeno social e político que deve garantir o acesso ao conhecimento científico universal, atuando como um instrumento de inclusão e transformação

da realidade social dos sujeitos (SAVIANI, 2013). Esse cenário cria problemas concretos, como a adaptação forçada dos estudantes indígenas a uma lógica de ensino eurocêntrica, que nem sempre dialoga com suas práticas culturais e epistemológicas.

A inclusão dos saberes indígenas no currículo da educação superior não é apenas uma questão pedagógica, mas uma necessidade cultural e social fundamental. Em um país de grande diversidade étnica como o Brasil, mas que encontra nos povos indígenas sua raiz étnica, o reconhecimento e a valorização das epistemologias indígenas são essenciais para evitar práticas colonizadoras que historicamente marginalizaram esses saberes. Portanto, valorizar os saberes dos povos originários dentro da Universidade, é também um ato de resistência e de luta.

Refletindo e pesquisando sobre este tema, encontramos em Paulo Freire uma possibilidade de olhar teórico. Este defendia uma educação dialógica e emancipadora, onde o respeito à realidade dos educandos e suas origens culturais é um princípio fundamental para a prática educativa. Nesse sentido, a inclusão dos saberes indígenas no currículo universitário, fortalece o papel da educação como instrumento de emancipação e justiça social.

Em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, Freire defende que a prática educativa deve partir da realidade dos alunos, permitindo que eles se reconheçam como sujeitos de sua própria história e como agentes de transformação. No contexto da educação indígena, a pedagogia freiriana oferece uma estrutura teórica que legitima a integração dos saberes tradicionais. Nos cabe pensar como isso aconteceria na prática.

Complementando essa perspectiva, a teoria histórico-crítica de Dermeval Saviani (2013) aborda a educação como um fenômeno social e político, relacionado ao contexto histórico e cultural dos sujeitos. Para ele, o currículo deve atuar como um instrumento de inclusão social e transformação, capaz de promover o acesso ao conhecimento científico sem negligenciar as particularidades culturais dos educandos. Em *Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras Aproximações*, Saviani enfatiza a importância de uma prática pedagógica que reconheça e valorize a identidade cultural dos estudantes,

vendo o currículo como uma ferramenta para combater a marginalização e construir uma sociedade mais justa e igualitária.

A inclusão dos saberes indígenas nos currículos acadêmicos enfrenta uma série de obstáculos que limitam a representatividade e a valorização dessas epistemologias no ambiente universitário. Um dos principais desafios é a falta de representatividade desses saberes nos programas acadêmicos. É comum que as universidades se limitem aos currículos baseados em uma perspectiva eurocêntrica e científica, e que exclui ou marginaliza as tradições e conhecimentos indígenas.

Junto a isso, existem barreiras institucionais que dificultam a integração dos saberes indígenas. A estrutura curricular das universidades, em grande parte, foi concebida sem considerar a diversidade cultural, o que representa um entrave para a criação de programas que integrem saberes e práticas tradicionais. Essas barreiras institucionais reforçam uma lógica de ensino que prioriza o conhecimento científico ocidental em detrimento de outras formas de saber, perpetuando, assim, práticas colonizadoras no espaço acadêmico.

Outro obstáculo são as dificuldades pedagógicas para adaptar o ensino ao contexto cultural indígena. Muitos educadores e gestores universitários não estão preparados para lidar com as particularidades culturais dos estudantes indígenas e carecem de formação para aplicar metodologias que respeitem e valorizem esses saberes. Essa falta de preparo reflete uma limitação no próprio sistema de formação docente.

A universidade, enquanto instituição de produção e disseminação de conhecimento, enfrenta o desafio de equilibrar o ensino científico com o respeito e integração de saberes tradicionais (López, 2009). A realidade universitária brasileira revela que ainda há um longo caminho a ser percorrido para que os saberes indígenas sejam reconhecidos em igualdade de condições com os saberes científicos. Essa integração requer uma mudança estrutural nas políticas e práticas institucionais, e nossa hipótese é que isso só pode acontecer com a presença do indígena na Universidade.

Em paralelo aos autores mencionados, partiremos dos pressupostos de Ailton Krenak (2022), que defende a sabedoria ancestral indígena, como portadora de respostas que podem garantir o futuro da humanidade, sobretudo na perspectiva ambiental. Krenak nos lembra que os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas representam uma visão de mundo onde tudo se integra, onde tudo é interdependente. Isso contrasta com a lógica fragmentada da sociedade moderna. Para ele, nessa perspectiva, conseguimos enxergar alternativas sustentáveis que podem orientar a convivência entre os seres humanos e a natureza. Na medida em que reconhecemos o papel da ciência para com a sociedade, os indígenas portanto, possuem saberes que podem mitigar problemas humanos e ambientais. E onde estão esses saberes?

Portanto, o objetivo deste estudo é investigar como os saberes indígenas podem ser integrados ao currículo acadêmico. Como o indígena sai do lugar de objeto de pesquisa, e ocupa o lugar de pensador, de portador de epistemologia ancestral. Buscamos analisar, por meio da bibliografia, a importância de uma educação superior inclusiva e culturalmente sensível, que reconheça a pluralidade de saberes e contribua para uma formação acadêmica mais representativa e democrática. O estudo visa compreender como a universidade pode se tornar um espaço de convivência e diálogo entre os conhecimentos científicos e os saberes tradicionais, dos nossos povos originários.

Para alcançar esse objetivo, adotaremos uma metodologia de revisão bibliográfica, focada na análise de contribuições teóricas e estudos de caso que tratam da inclusão dos saberes indígenas no ensino superior.

Este artigo está estruturado para contemplar o contexto, a fundamentação teórica e os desafios envolvidos na inclusão dos saberes indígenas no currículo da educação superior, desenvolvendo-se em três eixos principais. No primeiro eixo, discutimos a inserção dos estudantes indígenas na universidade e o encontro entre saberes tradicionais e acadêmicos, observando as tensões e adaptações que emergem desse processo. No segundo eixo, apresentamos as contribuições de Paulo Freire, Dermeval Saviani e Ailton Krenak para a construção de um currículo inclusivo. As teorias

de Freire e Saviani oferecem bases para a valorização e integração dos saberes indígenas no espaço acadêmico, enquanto Krenak enfatiza a importância da sabedoria ancestral indígena como um conhecimento para o futuro da humanidade, especialmente na perspectiva ambiental. No terceiro eixo, discutimos o papel das universidades e as práticas pedagógicas voltadas para a inclusão – por meio de dados secundários – examinando os obstáculos institucionais e pedagógicos que dificultam a adaptação curricular e propondo estratégias que possam superar essas barreiras.

Sintetizamos o propósito central deste artigo: investigar a integração dos saberes indígenas no currículo da educação superior e refletir sobre o papel transformador que esses conhecimentos podem ter dentro do ambiente acadêmico. Nesse sentido, partimos da premissa de que a inclusão de saberes ancestrais possibilita uma formação plural, que aponta para o desenvolvimento de uma consciência crítica e ecológica nos estudantes, e incentiva práticas pedagógicas que respeitem e dialoguem com a pluralidade de saberes.

2 A Inserção dos Estudantes Indígenas na Universidade e o Encontro Entre Saberes

A presença de estudantes indígenas nas universidades brasileiras nos remete a complexidade do encontro entre saberes tradicionais e o conhecimento acadêmico institucionalizado. A entrada desses estudantes representa uma conquista no âmbito das políticas de inclusão, mas também expõe as tensões e adaptações que emergem quando diferentes epistemologias convivem em um mesmo espaço. No ambiente universitário, pautado por uma visão científica e ocidental, os saberes indígenas se deparam com desafios para serem reconhecidos e valorizados de forma legítima e não estereotipada.

Para Ailton Krenak, a sabedoria indígena oferece uma perspectiva essencialmente ecológica e coletiva, que se contrapõe à fragmentação típica do conhecimento científico ocidental. Em suas obras, Krenak (2018; 2019) enfatiza que os saberes ancestrais indígenas não são apenas práticas culturais isoladas, mas constituem uma visão de mundo que relaciona a interdependência entre o ser humano e a natureza. Ele argumenta que os

povos indígenas carregam consigo um entendimento do equilíbrio ecológico e da coletividade, aspectos que são importantes para uma convivência sustentável e que, infelizmente, têm sido ignorados pela sociedade moderna.

Essa abordagem de Krenak ajuda a iluminar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes indígenas no ambiente universitário, onde valores como a ecologia e a coletividade são muitas vezes desvalorizados em favor de uma lógica de individualismo e exploração de recursos. A presença desses estudantes nas universidades é uma oportunidade para que o espaço acadêmico se reconstrua e aprenda com os saberes indígenas. No entanto, essa convivência entre saberes só será possível quando houver uma transformação estrutural no reconhecimento e na inclusão desses valores no currículo e nas práticas acadêmicas.

Nessa esteira de pensamento, Morgan Ndlovu (2017) complementa a discussão com o conceito de “pluriversalidade” como um desafio direto à estrutura eurocêntrica das universidades, propondo que a inclusão dos saberes indígenas exige uma reorientação do conhecimento acadêmico. Para Ndlovu, a “decolonialidade” não é apenas um processo de adaptação, mas uma forma de libertação epistemológica, onde os saberes indígenas são reconhecidos como igualmente válidos e fundamentais para o desenvolvimento de soluções integradas e sustentáveis para os desafios atuais.

A experiência de interação entre esses saberes, como observado por Luana Barth Gomes (2011) em seu estudo sobre a introdução de práticas culturais Kaingang em uma escola municipal, nos mostra que a presença de saberes indígenas nas instituições de ensino desafia os estereótipos, e também gera uma interculturalidade genuína. Incluindo oficinas de cerâmica e outras expressões culturais Kaingang, o ambiente escolar se transforma. A prática intercultural nas escolas, como sugere Gomes, é um passo importante para a criação de uma nova base pedagógica, na qual os saberes indígenas são vistos não como um complemento, mas como uma parte essencial do currículo. Pensamos que o mesmo é válido para o ensino superior.

Essa inclusão enfrenta resistências estruturais, sobretudo em instituições que permanecem enraizadas em paradigmas ocidentais e

eurocêntricos. A pesquisa de Moisés David, Maria Lúcia Melo e João Manoel Malheiro (2013) sobre os desafios do currículo multicultural na educação superior para indígenas destaca que, embora o ingresso de estudantes indígenas nas universidades brasileiras seja um avanço, o currículo continua sendo moldado por visões etnocêntricas que limitam a integração autêntica de epistemologias indígenas. Segundo os autores, o currículo tradicional opera muitas vezes como uma barreira ao reconhecimento das identidades e saberes indígenas, impedindo que esses estudantes se vejam como protagonistas em suas jornadas acadêmicas.

A integração dos saberes indígenas, portanto, vai além da presença física dos estudantes; ela demanda uma transformação que permita que esses saberes não apenas coexistam, mas que enriqueçam e desafiem a estrutura acadêmica existente. Ailton Krenak, Ndlovu, Gomes e outros autores sublinham que essa transformação requer uma pedagogia intercultural e decolonial, onde os saberes indígenas sejam legitimados e integrados como contribuições para uma educação superior mais justa, inclusiva e sustentável.

Silva (2020) apresenta formas como elementos culturais indígenas podem ser integrados ao ambiente educacional, ilustrando essa conexão com o exemplo da água no contexto do povo Pankararu. Em sua dissertação, a autora explora como a água, para os Pankararu, transcende o valor utilitário e se apresenta como um símbolo sagrado e educativo, unindo os membros da comunidade à sua identidade cultural e espiritualidade. Para os Pankararu, a água carrega uma “educação dos sentidos,” que vai além do conhecimento teórico e é transmitida através de práticas culturais e rituais cotidianos. Essa perspectiva enfatiza que os elementos naturais, longe de serem apenas recursos, têm um valor espiritual e pedagógico que pode enriquecer o currículo escolar com um enfoque que respeite e integre essas tradições.

Silva observa que, nas escolas da aldeia Brejo dos Padres, a presença da água como elemento pedagógico reforça a identidade cultural dos estudantes Pankararu e resiste à fragmentação dos saberes imposta pelo currículo convencional. As práticas educativas que incluem essa simbologia favorecem um aprendizado integrado, no qual os estudantes indígenas se

sentem representados e valorizados. Para Silva, a inclusão de tais práticas nos currículos das escolas e universidades brasileiras representa um passo para que o conhecimento acadêmico reconheça e acolha a complexidade dos saberes indígenas.

A contribuição de Josélia Ramos da Silva reforça a necessidade de uma educação que acolha e valorize os sentidos e significados atribuídos pelos povos indígenas a elementos naturais. Nesse contexto, a presença de estudantes indígenas na universidade oferece ao ambiente acadêmico a oportunidade de ampliar suas práticas pedagógicas, criando uma educação que integre o conhecimento acadêmico com a espiritualidade e a ecologia dos povos indígenas.

2.1 Um olhar a partir de Freire, Saviani e Krenak

A construção de um currículo inclusivo e intercultural, que integra os saberes indígenas de forma legítima, exige uma base teórica que tenha compromisso com uma educação capaz de acolher a diversidade epistemológica e cultural. Para isso, as contribuições de Paulo Freire, Dermeval Saviani e Ailton Krenak oferecem perspectivas plausíveis, que desafiam a estrutura tradicional do currículo acadêmico.

Paulo Freire (2022) é reconhecido por seu conceito de educação como prática de liberdade, que se opõe a qualquer forma de opressão e busca a autonomia dos educandos. Em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, Freire defende uma pedagogia dialógica, onde o conhecimento é construído coletivamente e em diálogo com as experiências e realidades culturais dos educandos. Para Freire, o diálogo é a base para uma educação que valorize a diversidade cultural, permitindo que diferentes saberes se encontrem em condições de igualdade.

A pedagogia de Freire reconhece o educando como sujeito de seu próprio conhecimento. Em vez de impor um conhecimento alheio e desconectado de suas origens, Freire propõe um olhar que valorize as tradições, histórias e epistemologias daqueles que foram oprimidos nos processos históricos, respeitando a sua autonomia e visão de mundo.

No contexto de um currículo inclusivo, a pedagogia freiriana aponta para uma educação que seja, ao mesmo tempo, emancipadora e culturalmente sensível, na qual os saberes indígenas não são complementos exóticos, mas sim elementos fundamentais para a construção de um conhecimento plural.

Vemos em Saviani (2013) a educação como uma prática social e política, intrinsecamente ligada ao contexto histórico e cultural dos sujeitos. Em sua obra *Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras Aproximações*, Saviani defende que o currículo deve refletir consciência em relação à exclusão e marginalização de saberes.

Sua perspectiva histórico-crítica sustenta que a exclusão dos saberes indígenas do currículo é uma forma de violência simbólica e epistemológica, que perpetua as desigualdades sociais e culturais.

Nesse sentido, Saviani reforça a importância de um currículo que seja capaz de reconhecer e valorizar a identidade cultural dos povos marginalizados, tais como os educandos indígenas, considerando-os como protagonistas que contribuem ativamente para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Essa perspectiva histórico-crítica contribui para a construção de um currículo inclusivo, e aponta para transformações necessárias a uma sociedade democrática.

Ailton Krenak (2018; 2019) critica o modelo educacional ocidental, que, segundo ele, fragmenta o conhecimento e desconecta o ser humano da natureza. Em *Ideias para Adiar o Fim do Mundo*, ele argumenta que os saberes indígenas são essenciais para uma educação que reconheça a interdependência entre o ser humano e o ambiente, propondo um currículo que inclua valores como respeito, sustentabilidade e coletividade.

2.2 Desafios e Obstáculos para a Inclusão dos Saberes Indígenas no Ensino Superior

Felipe Milanez et al (2019) abordam o racismo estrutural contra os povos indígenas e como essa dinâmica influencia a exclusão dos saberes indígenas do ambiente acadêmico. Segundo Milanez, a marginalização dos conhecimentos indígenas é um reflexo direto do racismo enraizado nas

instituições de ensino, que consideram os saberes indígenas como inferiores ou secundários em relação aos conhecimentos científicos ocidentais. O autor destaca que a ausência de representatividade indígena nos currículos e a escassez de materiais didáticos que tragam esses saberes.

Para Milanez et al., o racismo contra os povos indígenas não é apenas uma questão social, mas também uma prática pedagógica que reforça estereótipos e limita o acesso dos estudantes indígenas a uma educação que valorize suas origens. Essa exclusão não se dá apenas por omissão, mas também por práticas curriculares que perpetuam uma visão hierárquica dos saberes, onde o conhecimento indígena é, muitas vezes, tratado como exótico ou folclórico.

Gomes (2011) contribui para essa discussão ao analisar como as escolas e instituições de ensino podem tanto promover quanto marginalizar os saberes indígenas. Em sua pesquisa sobre a presença de práticas culturais Kaingang em uma escola de Porto Alegre, Gomes demonstra que a inclusão de práticas indígenas é negligenciada ou tratada de maneira superficial. A autora argumenta que as instituições educacionais possuem o potencial para uma verdadeira integração dos saberes indígenas, mas, na prática, muitas vezes os ignoram ou os reduzem a eventos pontuais, sem integrá-los de forma legítima ao currículo.

A autora defende ações inclusivas, com epistemologias indígenas incorporadas de forma contínua e integrada, permitindo que estudantes indígenas e não indígenas se beneficiem de uma educação intercultural. O estudo de Gomes sugere que as instituições educacionais assumam um compromisso com a interculturalidade e com o respeito às especificidades culturais dos povos indígenas.

Moisés David, Maria Lúcia Melo e João Manoel Malheiro (2013) observam que o etnocentrismo presente no sistema educacional brasileiro é um empecilho enraizado, os autores destacam que, apesar das políticas afirmativas e dos avanços no acesso dos indígenas ao ensino superior, o currículo continua sendo predominantemente eurocêntrico e desconsidera as epistemologias indígenas como fontes legítimas de conhecimento.

Segundo David, Melo e Malheiro, o currículo tradicional impõe uma visão unilateral que marginaliza os conhecimentos indígenas e dificulta o desenvolvimento de uma verdadeira educação intercultural. Eles defendem que, para superar essas barreiras, é necessário reestruturar o currículo de maneira que ele inclua os saberes indígenas, e os reconheça como elementos essenciais para a formação acadêmica de todos os estudantes. A inclusão de epistemologias indígenas, segundo os autores, deve ir além de uma simples inserção temática, exigindo uma reformulação estrutural que valorize a diversidade cultural e enfrente o etnocentrismo enraizado nas práticas acadêmicas.

2.3 Diretrizes e Estratégias para a Adaptação Curricular e Inclusão dos Saberes Indígenas

Partimos da ideia de que toda reflexão deve apontar para práticas, para soluções. Por isso, com base no estudo realizado, propomos diretrizes e estratégias pedagógicas que dialoguem com as necessidades de interculturalidade e sustentabilidade nas universidades. Essas diretrizes precisam ir além da inclusão formal e buscar uma integração legítima, que valorize as epistemologias indígenas e reconheça a importância de práticas ecológicas e coletivas. Os saberes indígenas, quando incluídos de forma crítica e decolonial, transformam o ambiente acadêmico em um espaço plural, e apontam para novos olhares, a partir de uma lente mais integrada ao ambiente como um todo.

Nessa esteira de pensamento, a ecoalfabetização, como proposta por Santos et al. (2024), é uma prática pedagógica para introduzir os saberes ecológicos indígenas nas disciplinas, sobretudo aquelas relacionadas às ciências ambientais e biológicas. Ecoalfabetização é ao processo de aprender a viver em harmonia com o meio ambiente, um princípio intrínseco aos saberes indígenas, onde a natureza é percebida como um sistema interdependente. Santos et al. defendem que a ecoalfabetização pode ser incorporada ao currículo por meio de atividades práticas, como o estudo do manejo sustentável de recursos naturais e a participação de líderes indígenas em aulas e oficinas sobre ecologia e sustentabilidade.

Essas práticas levam aos estudantes questionamentos a respeito do modelo econômico e ambiental ocidental. A inclusão da ecoalfabetização nos currículos, portanto, pode ampliar a percepção dos estudantes sobre a urgência ambiental.

Cerezer (2015) estuda o impacto das políticas educacionais nas diretrizes curriculares que visam a inclusão dos saberes indígenas e afro-brasileiros. Sua pesquisa examina a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, que tornaram obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar brasileiro. Cerezer argumenta que a inclusão desses conteúdos precisa ser acompanhada por um compromisso efetivo das instituições para que o currículo não apenas mencione os saberes indígenas, mas os integre de fato. O autor defende a importância de desenvolver materiais pedagógicos específicos e de formar professores para lidar com a complexidade dos saberes indígenas. Ele sugere que o currículo deve incluir não apenas conteúdos teóricos, mas também práticas culturais, como rituais, línguas e histórias orais, para que os estudantes compreendam a profundidade desses saberes.

Morgan Ndlovu (2017) e Ailton Krenak (2018) defendem um olhar decolonial e ecológico, que desafia a estrutura tradicional do currículo e propõe uma inclusão verdadeira dos saberes indígenas. Para Ndlovu, a decolonialidade no currículo é uma forma de resistência contra a colonialidade do saber, que marginaliza as epistemologias não ocidentais. Ele argumenta que o conhecimento indígena, em sua pluriversalidade, oferece uma alternativa à lógica eurocêntrica, propondo uma educação que seja crítica, sustentável e inclusiva.

Krenak, por sua vez, enfatiza a necessidade de uma consciência ecológica baseada na interdependência entre ser humano e natureza. Segundo ele, a inserção de saberes ancestrais, que enxergam a natureza como um bem comum e não como recurso explorável, pode reconfigurar a maneira como as universidades lidam com temas ambientais e sociais.

Ndlovu e Krenak sugerem, portanto, que o currículo seja construído em torno de uma pedagogia decolonial que valorize a sabedoria indígena e dê

espaço às práticas que descolonizem o saber. Eles apontam que essa transformação curricular não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma resposta necessária aos desafios ambientais da atualidade.

Com base nas perspectivas apresentadas, propomos diretrizes práticas para a adaptação curricular nas diversas áreas do ensino superior, apresentadas no quadro abaixo.

QUADRO 1 – Diretrizes de Inclusão de Saberes Indígenas por Área do Ensino Superior

Área de Ensino	Diretriz Estratégica	Soluções Propostas	Autores de Referência
Ciências Ambientais	Integração da ecoalfabetização e saberes ecológicos indígenas.	Incluir módulos de ecoalfabetização com participação de líderes indígenas em aulas práticas sobre sustentabilidade e conservação ambiental. Incorporar conhecimentos sobre o manejo sustentável de ecossistemas (SANTOS et al., 2024).	Santos et al., Krenak
História e Ciências Sociais	Incorporar uma perspectiva decolonial e intercultural.	Implementar cursos sobre a história e cultura indígena e afro-brasileira, utilizando métodos participativos e reflexivos para combater o racismo estrutural e o etnocentrismo (CEREZER, 2015). Introduzir temas sobre resistência e protagonismo indígena na história.	Cerezer, Ndlovu
Educação e Pedagogia	Formação de professores para a inclusão de saberes indígenas.	Oferecer cursos de formação continuada para docentes sobre pedagogias interculturais, com foco na integração dos saberes indígenas e práticas pedagógicas contextualizadas (GOMES, 2011). Criar espaços para práticas educativas que envolvam elementos simbólicos indígenas, como o uso da água nas práticas Pankararu (SILVA, 2020).	Gomes, Silva
Biologia e Ciências Naturais	Valorização dos conhecimentos tradicionais sobre biodiversidade e ecossistemas.	Promover aulas práticas com conhecimentos sobre medicina tradicional e manejo sustentável, baseados na cosmovisão indígena de respeito aos recursos naturais. Incluir visitas a comunidades indígenas para estudo de campo.	Krenak, Santos et al.

Engenharias e Ciências Exatas	Integração da sustentabilidade e gestão colaborativa.	Envolver práticas colaborativas de gestão sustentável de recursos e projetos que utilizem conhecimentos indígenas sobre construção, arquitetura sustentável e uso responsável de materiais. Realizar workshops com membros de comunidades indígenas sobre uso de recursos naturais e tecnologias de baixo impacto.	Krenak, Santos et al.
Direito	Reconhecimento dos direitos indígenas e formação em direito intercultural.	Incluir módulos sobre direitos indígenas e legislação ambiental, baseando-se na Constituição e tratados internacionais. Promover debates com representantes de povos indígenas para discutir os direitos sobre território e autodeterminação.	Milanez et al., Cerezer
Medicina e Ciências da Saúde	Integração de práticas tradicionais de cura e bem-estar.	Desenvolver programas que incluam conhecimentos indígenas sobre plantas medicinais e práticas de cura tradicionais, em colaboração com líderes indígenas. Realizar cursos sobre saúde coletiva e bem-estar indígena com perspectiva intercultural.	Krenak, Santos et al.
Economia e Administração	Implementação de práticas de economia solidária e coletivismo.	Incluir cursos que explorem as práticas econômicas indígenas, com foco em economia solidária e coletivismo, para contrastar com o individualismo do modelo econômico tradicional. Incentivar projetos de extensão em parceria com comunidades indígenas.	Ndlovu, Krenak
Artes e Humanidades	Promoção da expressão cultural indígena e sua importância histórica e contemporânea.	Incorporar disciplinas e oficinas sobre expressões artísticas e culturais indígenas, incluindo cerâmica, dança, canto e contação de histórias. Estimular a criação de exposições e eventos culturais em colaboração com comunidades indígenas.	Gomes, Krenak

Fonte: o autor (2024)

Com isso podemos afirmar que as diretrizes propostas representam um caminho concreto para a inclusão dos saberes indígenas no ensino superior, respondendo aos objetivos de investigar e integrar esses conhecimentos de forma que valorizem a diversidade cultural e ofereçam uma formação acadêmica que olhe para os desafios ambientais e sociais contemporâneos. A análise e as propostas apresentadas neste texto refletem um esforço em construir uma educação que reconheça os saberes indígenas como

fundamentais para o enriquecimento do currículo acadêmico, apontando para uma necessária transformação no ensino superior, para que se torne mais inclusivo, democrático e alinhado com a realidade dos povos originários.

Retomando nossa hipótese inicial, observamos que os saberes indígenas, com suas epistemologias ecológicas e coletivas, representam uma resposta urgente e necessária aos problemas da sociedade atual. Esses conhecimentos, que historicamente têm sido marginalizados pela estrutura acadêmica ocidental, apresentam soluções sustentáveis e orientadas para o bem-estar coletivo, princípios que são cada vez mais essenciais diante das crises ambientais e sociais que enfrentamos. Assim, o processo de inclusão desses saberes no currículo favorece a formação acadêmica dos estudantes, e também preserva as epistemologias ancestrais, contribuindo para um futuro mais sustentável.

3 Considerações Finais

A análise realizada neste artigo reafirma a importância de integrar os saberes indígenas no currículo do ensino superior, como uma questão pedagógica, mas também como uma responsabilidade histórica e uma necessidade cultural e social. Essa inclusão representa uma oportunidade de transformação na forma como a educação acontece, desafiando as hierarquias epistêmicas e dando forças para uma visão de mundo mais plural. Ao mesmo tempo, expõe tensões e adaptações necessárias para que os saberes indígenas sejam legitimados no ambiente acadêmico e possam coexistir de maneira produtiva com os paradigmas científicos ocidentais.

Nesse contexto, a proposta de interculturalidade crítica de Catherine Walsh (2008) nos fornece um eixo articulador entre as ideias de Paulo Freire, Dermeval Saviani e Ailton Krenak. Walsh propõe uma educação que vá além do reconhecimento simbólico das diferenças, avançando em direção a uma pedagogia transformadora que desafie as estruturas coloniais do conhecimento. Essa visão dialoga com Freire, que defende uma educação dialógica e emancipadora, onde os educandos são sujeitos ativos do processo educativo, e com Saviani, que destaca a necessidade de uma educação histórico-crítica que considere as particularidades culturais e sociais dos

educandos. Krenak complementa esse debate ao enfatizar a urgência de uma consciência ecológica que resgate a interdependência entre humanidade e natureza, um ponto importante para a construção de um currículo democrático.

As diretrizes e estratégias propostas neste artigo demonstram o potencial da educação superior frente aos problemas contemporâneos, na medida em que consideramos o potencial da educação, que valoriza a interculturalidade, a sustentabilidade e a diversidade epistemológica. A inclusão dos saberes indígenas no currículo acadêmico pode contribuir para a produção de conhecimento científico mais alinhado às necessidades sociais e ambientais do presente, e pode assim, oferecer respostas a problemas que o paradigma ocidental isolado não tem conseguido solucionar.

Concluimos que a inclusão dos saberes indígenas não é apenas uma demanda dos povos originários, mas um compromisso com o futuro. Esses saberes, quando adentram às universidades, oportunizam a formação de cidadãos conscientes, a diversidade cultural e a sustentabilidade. Inspirados pelos princípios da interculturalidade crítica, esperamos que este estudo contribua para práticas pedagógicas mais inclusivas, nas quais os saberes indígenas deixem de ocupar um lugar periférico e passem a ser reconhecidos como centrais na construção de uma educação superior verdadeiramente transformadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CEREZER, Osvaldo Mariotto. **Diretrizes Curriculares para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena: Implementação e Impactos na Formação, Saberes e Práticas de Professores de História Inicantes** (Mato Grosso, Brasil). 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

DAVID, Moisés; MELO, Maria Lúcia; MALHEIRO, João Manoel da Silva. Desafios do currículo multicultural na educação superior para indígenas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 111-125, jan./mar. 2013.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

GOMES, Luana Barth. **Legitimando saberes indígenas na escola**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

KRENAK, Ailton. **Ecologia Política**. Ethnoscientia, v. 3, n. 2 (especial), p. 1-2, 2018.

KRENAK, Ailton. **Ideias para Adiar o Fim do Mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **Paisagens, territórios e pressão colonial**. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 327-343, jul./dez. 2015.

MILANEZ, Felipe; SÁ, Lucia; KRENAK, Ailton; CRUZ, Felipe; URBANO, Elisa; PATAXÓ, Genilson dos Santos. Existência e Diferença: o Racismo Contra os Povos Indígenas. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 2161-2181, 2019.

NDLOVU, Morgan. Por que saberes indígenas no século XXI? Uma guinada decolonial. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 127-144, 2017.

NASCIMENTO, V. R.; VIEIRA, K. P. Educação e Povos Indígenas no Brasil: Por uma Pedagogia Intercultural e Emancipatória. **Revista Brasileira de Estudos Culturais**, v. 5, n. 2, p. 102-120, 2018.

SANTOS, Antonio Nacilio Sousa dos; SALGADO, Juliano Jorge de Freitas; et al. Ecoalfabetização Ancestral: por uma valorização dos saberes indígenas para um futuro sustentável na América Latina. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 16, n. 7, p. 01-26, 2024.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras Aproximações**. 13. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SILVA, Josélia Ramos da. **Água que limpa e protege: Uma história cultural da água nos saberes indígenas Pankararu**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Campina Grande – PB, 2020.

WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica y pedagogía de-colonial: apuestas (des)de el in-surgir, re-existir y re-vivir. **Revista Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 131-152, jul.- dez. 2008.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-42.